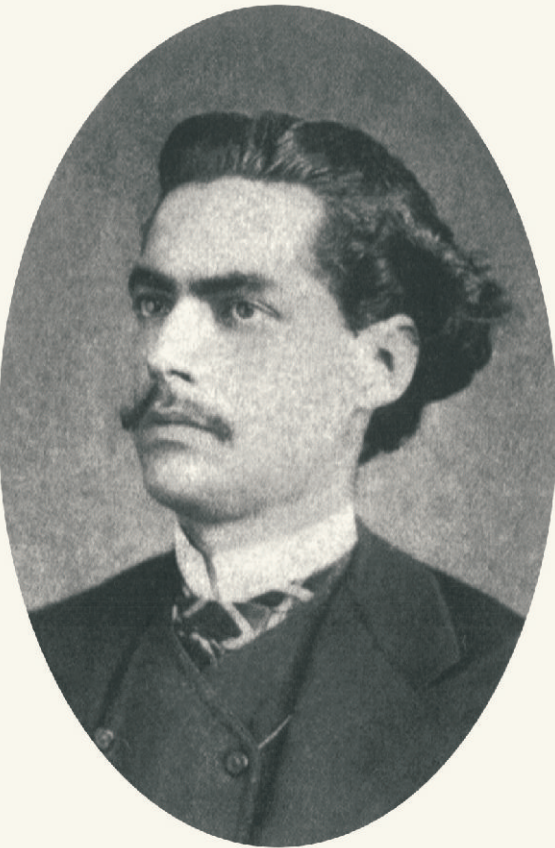


MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE CASTRO ALVES

Por Antonio Carlos Secchin

<http://historiadosamantes.blogspot.com>



Morri no dia 6 de julho de 1871, às três e meia da tarde, na cidade de Salvador. Nasci no dia 14 de março de 1847, na fazenda das Cabaceiras, perto de Curralinho, cidade que hoje tem o meu nome. Não estranhem o fato de eu começar minhas memórias pela data da morte. Diante da eternidade, não há muita diferença entre o que é princípio e o que é fim: tudo se mistura, se apaga e se acaba na roda-viva dos séculos.

Meus pais foram o doutor Antônio José Alves e dona Clélia Castro, filha de um sargento que foi um dos heróis da Independência da Bahia, conquistada em 2 de julho de 1823. Em muitas províncias os portugueses não acataram a proclamação do Sete de Setembro, e queriam nos manter atados à Coroa lusitana. Na Bahia, meu avô materno José Antônio da Silva Castro ajudou a derrotar o general Madeira, comandante das tropas inimigas, para assim confirmar a independência do Brasil. Papai foi um médico famoso. Estudou na Europa, de onde enviava cartas bem românticas à minha futura mãe. Casaram-se, e logo encomendaram a prole: José Antônio foi o primeiro; eu, Antônio, o segundo; Guilherme, o terceiro; sem esquecer João, de morte prematura. Essa seqüência masculina só foi quebrada em 1852, com o nascimento de Elisa.

A vida na fazenda começava a ficar limitada demais para a ambição de meu pai. No começo de 1854, fomos morar em Salvador, no solar Boa Vista. Essa casa, que marcaria de forma definitiva a minha vida, era cheia de lendas e mistérios: uma linda moça, Júlia Feital, nela foi assassinada pelo noivo, que, louco de ciúmes, a teria fulminado com uma bala de ouro. No solar nasceram minha querida irmã Adelaide e a caçula Amélia, em 1855, empatando em 3 x 3 o jogo entre homens e mulheres.

Além de praticar a ciência, papai era dado à pintura. Em 1856, foi um dos fundadores da Sociedade das Belas-Artes da Bahia, mesmo ano em que iniciei os estudos no Colégio Sabrão. Mas logo me transferi para o Ginásio Baiano, do doutor Abílio César

Borges, futuro Barão de Macaúbas. Para a época (1858) as idéias do doutor eram o máximo: estudávamos várias matérias ao mesmo tempo, não recebíamos castigos físicos, éramos incentivados a participar de torneios literários. Para mim, que já trazia o amor à arte cultivado em família, foi uma espécie de preliminar (desculpem a imodéstia) para a glória futura. Celebrávamos principalmente as datas cívicas, e esse amor prematuro aos feitos brasileiros deixou sementes que iriam germinar na minha poesia de adulto. Eu já gostava de falar em público, de recitar poemas que, cuidadosamente, anotava num caderninho. Mais tarde, tive a sabedoria de dar fim a essa poesia, impedindo que os primeiros textos de Cecéu (como eu era conhecido) fossem publicados em livro.

Desse período, a péssima notícia foi a morte de mamãe, em 1859, aos 33 anos. Desesperado, meu irmão tentou o suicídio. Não gosto de falar disso. Diferente de outros poetas, me incomodaria retratar minha mãe nos poemas. E o mano teve uma reação de louco. Loucura e morte eram os temas da moda: eu sofri os dois na carne.

A grande mudança, que me arrancou em definitivo das indecisões e devaneios do fim da infância, se deu em 1862, quando fomos, eu e José Antônio, morar no Recife para seguir os cursos preparatórios à Faculdade de Direito. Fomos trocando de endereço até nos estabelecermos numa “república” de estudantes. No ano seguinte publiquei no número 1 de um jornal acadêmico, *A Primavera*, meu primeiro poema contra a escravidão: “A canção do africano”. Devo dizer que, à época, estava repetindo o curso de geometria, pois tinha levado bomba em 1862. Como a grande maioria da humanidade, sempre tive graves problemas na hora de me entender com a matemática e seus derivados. O consolo é que, para fazer poesia, quase nunca é preciso contar além de 12 sílabas, e esse número basta para acolher o universo inteiro.

Um grande prazer, não só meu, mas de todos os companheiros de geração, era o teatro. O divino Victor Hugo, fonte inesgotável de inspiração, já havia escrito muita coisa sobre o drama romântico. Exemplo desse drama era *Dalila*, de Octave Feuillet, que foi à cena no teatro Santa Isabel com a atriz Eugênia Câmara. Difícil descrever o impacto que a presença dela exerceu sobre mim. Digo apenas que ela foi a mulher mais importante de minha vida, a musa celeste que me arrastou, como um turbilhão, ao mais profundo fundo dos cafundós do inferno. Mas isso é história para mais tarde: por enquanto, tenho apenas 16 anos, e corre o ano de 1864. Sou um rapaz bonito, talentoso, querido pelos colegas (apesar de me acharem orgulhoso em excesso) e marcado por duas novas perdas: a do ano letivo na Faculdade de Direito e a do meu irmão José, morto em fevereiro. Quanto à primeira, paciência! Estive na Bahia, faltei mesmo mais do que devia, e as faltas não foram abonadas. Mas meu irmão... Em outubro do ano anterior já dava sinais de desequilíbrio. O jeito foi mandá-lo ao Rio, a ver se melhorava. Acabou suicidando-se. Sofri, me lembrei da primeira

tentativa; a segunda, desgraçadamente, dera certo. Loucura e morte se abraçaram, e comemoraram as bodas em cima do cadáver de José.

Para compensar tanto infortúnio, 1865 correspondeu a um período de grande felicidade. Repetente, já sabia as matérias do primeiro ano de Direito; sobrava-me tempo para desenvolver o projeto do livro *Os escravos*. Morava no bairro de Santo Amaro, em companhia da dengosa Idalina, a quem homenageei n“*As aves de arribação*”. Eu brincava dizendo que estava muito bem instalado entre mortos e doidos: a casa ficava entre um hospício e o cemitério.

Em 11 de agosto, obtive meu primeiro grande sucesso público: recitei “O século” na sessão comemorativa da abertura dos cursos jurídicos; nove dias depois, foi a vez de “Aos estudantes voluntários”, no teatro Santa Isabel. Voluntários, é claro, da guerra do Paraguai: até eu me alistei no Batalhão. “O século”, que reservei para abrir meu livro *Os escravos*, é um grito de crença na juventude e no futuro, é uma aposta na força do novo. Apesar do sangue militar do avô materno, nunca fui um apologista da guerra. Cantei, sim, os feitos heróicos, as batalhas vitoriosas contra a opressão - só em louvor do Dois de Julho escrevi cinco poemas. Se acham que exagerei, saibam que num único livro de outro poeta, Félix da Cunha, há 7 poemas dedicados ao Sete de Setembro! Naquele tempo a palavra da poesia, além de ser íntima, também devia ser cívica. Daí tantas confissões de amor à pátria num tom vibrante, que os críticos, décadas depois, me censuraram. Mas não era com sussurros que se incendiava o público: era com entusiasmo, dramaticidade, retórica. Eu tinha consciência de que fazia alguns poemas para voz alta, e não para leitura com um chá no aconchego das cadeiras de balanço. Mais tarde, num deles, lido na rua (“Pesadelo de Humaitá”), cheguei a anotar: “Não se publica”. Foram publicados... O poeta, quando muito, é o dono dos versos, mas não é nunca o dono do destino do poema.

A guerra do Paraguai foi o último grande conflito externo que atingiu o reinado de D. Pedro II. As lutas internas (a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, a Farroupilha) já haviam sido sufocadas e, derrotado o Paraguai, desenhou-se para o país um longo período de letárgica e superficial tranqüilidade. Sim, porque agora o inimigo estava dentro de nós, em nossas famílias, sorvendo o sangue e o suor de uma raça em tempos de suposta paz. Como acreditar em paz, tendo ao lado os guerreiros negros vencidos pela escravidão? É certo que, desde 1850, já se proibira o tráfico de escravos. Pouco antes de minha morte, eu ainda comemoraria, em 1869, a proibição da venda de seres humanos em pregão público. Mas era pouco. Para mim, abolição e república eram palavras quase irmãs: uma puxava a outra, naturalmente. Alguns poetas falavam mal do Governo; para eles, uma troca de Gabinete resolveria a contento a questão. Eu não queria trocar um Gabinete: queria mudar de regime. Abaixo a monarquia! Chamaram-me de “o poeta dos escravos”, e eu me orgulho do epíteto. Acho, porém, que ele



não diz tudo: sempre quis ser “o poeta da liberdade”. A escravidão era uma das mazelas, talvez a mais horrenda, que devíamos combater em prol da liberdade. Mas, além da liberdade social, era preciso lutar pela econômica, pela política, pela (por que não?) afetiva... Muitos dizem que minha obra está composta de uma parte política e de uma parte lírica. Eu penso que vigora sempre o mesmo amor à humanidade, sob roupagens diversas: amor coletivo e amor pessoal, e não saberia dizer qual o mais importante.

Mas voltemos às minhas dores: em 1866, eu, que já era semi-órfão, tornei-me órfão por inteiro. Assisti a morte de papai em janeiro, na Bahia, durante as férias da Faculdade. Procurei não transportar o peso de tantas perdas para a minha poesia. Particularmente, achava exagerado o gosto pelo doentio que os poetas da geração anterior à minha desenvolveram. Eu queria apostar na vida, mas vivia perdendo a aposta... De vez em quando, porém, eu

ganhava. E o prêmio, no caso, não foi pequeno: o amor de Eugênia Câmara. Após um longo período de indecisões e recuos, que nunca soube com clareza se eram meus ou dela, finalmente consegui arrancá-la do empresário com quem vivia, e levei-a, junto com a filha, para morar comigo num subúrbio do Recife. Dediquei-lhe muitos poemas, alguns recitados em público, e que, na paixão do amor ou no desespero da perda, testemunham a intensidade da nossa relação: “Dalila”, “Meu segredo”, “Amemos”, “O vôo do gênio”, “A uma atriz”, “Fatalidade”, “O 'adeus' de Teresa”, “O gondoleiro do amor”. Para ela escrevi, no fim do ano, o drama *Gonzaga ou a revolução de Minas*, onde falo de liberdade, escravidão, traição, paixões... em suma, de tudo que atormentava ou deliciava minha existência, e se confundia com a própria Eugênia, para quem, é evidente, eu havia reservado o papel principal. Sonhava vê-la em cena interpretando meu texto com seu talento fulgurante, decerto bem superior ao da

concorrente Adelaide Amaral, atriz aclamada pelo poeta Tobias Barreto. Durante algum tempo, aliás, minha sina foi entrar em conflito com Tobias. Começamos como amigos - temos inclusive poesias dedicadas um ao outro; passamos a colegas, tornamo-nos rivais e acabamos inimigos. Intrigas pessoais e literárias. O Tobias era feio, velho, escrevia mal e declamava pior ainda. Nos recitativos ficava nervoso, tinha um jeito desastrado, não controlava a voz. Já eu, que possuía domínio cênico, entrava vestido de negro, com uma flor na lapela, óleo nos cabelos, madeixas minuciosamente espontâneas e pó-de-arroz no rosto, para parecer mais pálido. Por modéstia, não direi que freqüentemente as moças ficavam tão próximas do delírio quanto os rapazes, da inveja. Mas nem depois de morto eu descansei do Tobias: um historiador literário, Sílvio Romero, sergipano como o poeta, resolveu promovê-lo postumamente às minhas custas, afirmando a superioridade do conterrâneo sobre mim. Até hoje, todos só se lembram de Barreto por isso, naturalmente para discordar de Romero (aqui, sou o primeiro da fila).

Continuava devotado às causas sociais. Fundei, com Rui Barbosa e outros colegas da Faculdade, uma sociedade abolicionista e participei de um comício republicano dissolvido pela polícia, quando criei de improviso os versos de “O povo do poder”. No terreno sentimental e seria desse modo até o fim - vivia em sobressaltos. A companhia teatral de Eugênia iria excursionar ao sul do país, e necessitava de sua maior estrela; nessas circunstâncias, eu não poderia acompanhá-la. Para meu alívio, Eugênia rompeu com o empresário e decidiu ficar definitivamente (até quando?) comigo. Motivado, arrematei o *Gonzaga* em fevereiro de 1867 e deixei o Recife, aonde nunca mais voltaria, na direção da Bahia, levando minha mulher e uma certeza: iríamos conseguir encenar o texto em Salvador.

Depois de curto período no hotel Figueredo, instalamo-nos no solar Boa Vista, casa de minha infância, então semi-abandonada pela família. O impacto desse reencontro eu registrei no poema “A Boa Vista”. Ao lado de Eugênia, eu sentia minha carreira se fortalecer. Nesse período, esbocei *A cachoeira de Paulo Afonso*, que só seria publicada cinco anos após meu falecimento. Um grande sucesso foi a declamação de “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”, numa sessão beneficente no mês de outubro, em prol das famílias dos mortos na guerra do Paraguai. Mas a verdadeira consagração ocorreu no dia 7 de setembro, quando finalmente subiu à cena, no teatro São João, o meu *Gonzaga*, tendo à frente do elenco Eugênia e, no papel de Tomás Antônio Gonzaga o esquecido Eliziário Pinto, ator e poeta, cujo belo “Festim de Baltazar” permaneceu como uma espécie de filho único do autor, reproduzido em muitas antologias do começo do século XX. Pobre Eliziário, de tanto brilho naquele 7 de setembro, e hoje sem qualquer migalha no festim da literatura...

Imaginam um autor delirantemente aplaudido após a estréia? Multipliquem por mil, e ainda será pouco. Fui chamado à cena depois de cada ato, sob estrondosa ovação. Não

satisfeita, a multidão carregou-me em triunfo, sobre os ombros, até minha casa. Era a glória, mas baiana. Quem sabe eu não seria bafejado pela consagração nacional?

Decidi prosseguir os estudos de Direito, interrompidos na temporada em Salvador, na cidade de São Paulo. Incluí no roteiro de viagem uma visita ao Rio de Janeiro, onde tencionava conhecer nosso maior escritor, o cearense José de Alencar. Em fevereiro de 1868 já estávamos no Rio, Eugênia e eu. Munido de uma carta de apresentação, visitei Alencar, então residindo na Tijuca, sabendo que tocava numa corda sensível do mestre: li para ele o *Gonzaga*. Meu anfitrião era um obcecado pela construção de um teatro brasileiro, mesmo tendo fracassado na tentativa. Pregava um teatro baseado em nossa História exatamente o que eu fizera, ao invocar em meu drama a Inconfidência Mineira. A receptividade foi muito boa, a ponto de Alencar encaminhar-me a outro talento que se firmava na literatura fluminense: o jovem Machado de Assis, a quem visitei no domingo de carnaval. O resultado desses encontros se traduziu nas crônicas publicadas no *Correio Mercantil*, a de José em 22 de fevereiro e a de Joaquim em 1 de março, ambas muito favoráveis ao *Gonzaga*. Isso contribuiu para que, em São Paulo, minha acolhida superasse toda expectativa. Lá cheguei em fins de março. Joaquim Nabuco, bem mais tarde, diria que eu era “o eleito da mocidade” e que representava “a dignidade e a independência das letras”. Outro colega chamou-me “mais um semideus do que um poeta”. Lúcio de Mendonça, que seria o fundador da Academia Brasileira de Letras, escreveu que quando eu me exibia à multidão “era grande e belo como um Deus de Homero”. Creio que há algum exagero nisso tudo, mas, para corresponder a tanto carinho, ofereci à Paulicéia o melhor do que dispunha: meus versos. Em abril, compus a “Tragédia no mar”, que todos insistem em conhecer pelo subtítulo, “O navio negreiro”; eu recitaria esses versos no dia 7 de setembro, no Grêmio Literário da Faculdade de Direito de São Paulo. Em junho declamei, no teatro São José, a “Ode ao dous de julho”, meu mais conhecido poema sobre a data, e, no mesmo mês, escrevi “Vozes d'África”. Para culminar, *Gonzaga* foi representado com o maior ator da época, Joaquim Augusto.

Tudo estaria perfeito, não fossem as cada vez mais constantes desavenças com Eugênia. Cenas violentas, ciúmes, brigas, precárias reconciliações. Sopravam-me histórias de adultério. No entanto, sei que ela me amou, como sei que, talvez, meu amor tenha sido insuficiente para sua paixão. Não a recrimino. Em determinado momento, largou a carreira para me seguir. Agora me largava para seguir a si própria. Abatido, desgostoso, procurei refúgio em algumas distrações: caçadas, por exemplo. Maldito dia de novembro, quando fui ao Brás. Sem querer, ao transpor uma vala, acionei o gatilho e a bala se cravou no meu pé esquerdo. Resultado: plantei ali a semente de chumbo da minha morte. Nunca me curei de todo, e à ferida do pé se acrescentaram problemas infecciosos e pulmonares. Sem Eugênia, prostrado ao leito em seis meses de sofrimento, disse adeus a São Paulo e fui tratar-me no Rio,

em maio de 1869. Os médicos concluíram que a única alternativa seria a amputação do terço inferior da perna, e eu concordei: ficaria com menos matéria do que o resto da humanidade. Ainda permaneci no Rio até o fim do ano, quando decidi retornar à Bahia. Com o navio se afastando da Guanabara, visualizei, repentinamente, duas tristezas: a da noite, que descia dos céus, e a da solidão, que subia do oceano. Entre mar e céu, vaga e vento, brotou-me um nome, *Espumas flutuantes*, para assim chamar o livro que reuniria meus poemas. Em Salvador, aquecido pelo calor dos trópicos e da família, cheguei a sonhar que me curaria. Dediquei-me com afinco à preparação da obra; em fevereiro de 1870 redigi o “Prólogo”, em que aludi aos tempos felizes no Sul, à transitoriedade da dor e da alegria. Fiz questão de assinalar data e local de muitos poemas, como se, com isso, estivesse dizendo que escrevi o que a vida me ditou, e a cada dia o ditado foi diverso.

Encarreguei o amigo Augusto Guimarães de acompanhar a publicação do livro em seus detalhes: tipografia, papel, tiragem, e meti-me no interior da Bahia, de volta a Currálinho, em busca de sossego mental e regeneração física. Revi Leonídia Fraga, namoradina de infância, que me inspirou “O hóspede”. Na fazenda Santa Isabel dei por encerrada *A cachoeira de Paulo Afonso*.

Retornei a Salvador em setembro. À medida que me enfraquecia, o livro ganhava corpo: nasceu forte e belo. Em novembro despachei para o Rio os primeiros exemplares das *Espumas flutuantes*. Nessa altura, a doença abandonava a marcha lenta e já galopava, feroz, no meu corpo. Recolhi-me em definitivo ao abrigo da família, e só abri uma exceção no dia 1 de fevereiro de 1871, quando, combalido, arranquei forças para declamar em público um poema em solidariedade às crianças vítimas da guerra franco-prussiana. Na minha vida pessoal, fui ainda aquinhoado com um amor diverso de todos os que até então vivera: apaixonei-me por Agnèse Murri, viúva, jovem, linda, italiana. Professora de canto e piano da mana Adelaide, foi a casta musa para quem compus “Noite de maio”, “Versos para música”, “Remorsos”, “Gesso e bronze”, “Aquela mão”, “Longe de ti”, “Em que pensas?”. Nunca foi minha, mas, na memória inesgotável do desejo, será minha para sempre.

Seis de julho de 1871, três e vinte da tarde. Daqui a dez minutos vou morrer. Peço à mana que me ajude a levantar da cama, quero ir à janela e ver ainda uma vez o sol. Com grande esforço apóio-me ao parapeito; a respiração ofegante, o suor, o suor, essa dor no peito. Imóvel, sinto que a luz do sol se escurece, ou talvez seja eu que esteja escurecendo dentro do dia que insiste em brilhar. Três e meia. Castro Alves não existe mais.

Bem. E depois? Cada um seguiu seu rumo. Leonídia, por exemplo, se casou cinco anos após minha morte. O solar Boa Vista virou hospício, e um dia internou uma mulher velhinha e doida Leonídia. Quando faleceu, encontraram em seus pertences cópias amarelecidas de versos meus. Agnèse voltou para a Itália, e hoje em dia deve estar regendo o

coro dos querubins.

Versos publicados, esquecidos, fracassados, traduzidos, improvisados, não escritos. Talvez a biografia de um poeta seja a soma de seus versos e a multiplicação de seus sonhos. Em meio a tantas tempestades, ousou dizer que fui feliz. Tive a bênção de ser o último poeta a casar povo e poesia, e já estava bem morto à época do divórcio. Por isso, se ainda quiserem saber de mim, não me ouçam mais – tratem de ouvir meus versos, porque, em minha vida, eu afirmei:

Último trono é o poema!

Último asilo a Canção!



Antonio Carlos Secchin (Rio de Janeiro). Ensaísta, poeta e Professor de Literatura. Membro da Academia Brasileira de Letras. Publicou: *50 Poemas Escolhidos pelo Autor* (Galo Branco, 2006), *Memórias de um leitor de poesia e outros ensaios* (Topbooks/ABL, 2010) entre outros. O texto acima foi publicado juntamente com antologia de Castro Alves, pela Fundação Banco do Brasil/ Organização Odebrecht em 1997.